



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

PROJETO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS

AGOSTO DE 2014

Gestores – IFNMG

Reitor e Reitor Substituto

Reitor	José Ricardo Martins da Silva
Reitor Substituto	Edmilson Tadeu Cassani

Pró – Reitores e Diretores Sistêmicos

Pró-Reitoria	Responsável
Pró-Reitoria de Administração	Edmilson Tadeu Cassani
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	Alisson Magalhães Castro
Pró-Reitoria de Ensino	Ana Alves Neta
Pró-Reitoria de Extensão	Paulo César Pinheiro de Azevedo
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	Rogério Mendes Murta
Diretoria de Educação a Distância	Antônio Carlos Soares Martins
Diretoria de Gestão de Pessoas	Rafael Farias Gonçalves

Diretores – Gerais / Diretores *

<i>Câmpus</i>	<i>Diretor-geral / Diretor *</i>
Almenara	Joán Brálio Mendes Pereira Lima
Araçuaí	Aécio Oliveira de Miranda
Arinos	Elias Rodrigues de Oliveira Filho
Diamantina	Junio Jáber
Janaúba *	Fernando Barreto Rodrigues *
Januária	Cláudio Roberto Ferreira Mont'Alvão
Montes Claros	Nélson Licínio Campos de Oliveira
Pirapora	Júlio César Pereira Braga
Porteirinha*	Tarso Guilherme Macedo Pires *
Salinas	Maria Araci Magalhães
Teófilo Otoni	Renildo Ismael Félix da Costa

* Câmpus Avançado

PORTARIA Nº 585 – REITOR/2014

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO IFNMG	
CAMPUS ALMENARA - Portaria Diretor-Geral nº 71/2014, de 26 de março de 2014	
Segmento Docente - Titular	Ednilton Moreira Gama
Segmento Docente - Suplente	Wallas Siqueira Jardim
Segmento Técnico-administrativo / Titular	Edimar da Rocha Pinto
Segmento Técnico-administrativo / Suplente	Camilo Siqueira Miranda
Segmento Discente - Titular	Jhony Rodrigues Aguiar
Segmento Discente - Suplente	Regina Lima da Rocha
Segmento Sociedade Civil - Titular	Lidiane Rocha de Almeida
Segmento Sociedade Civil - Suplente	Jucélio Alves dos Reis
CAMPUS ARAÇUAÍ - Portaria Diretor-Geral nº 45/2014, de 26 de março de 2014	
Segmento Docente - Titular	Cleisson da Silva Rios
Segmento Docente - Suplente	Emerson de Oliveira Muniz
Segmento Docente - Titular	Magno Barbosa Dias
Segmento Docente - Suplente	Jeancarlo Campos Leão
Segmento Técnico-administrativo / Titular	Mara Christiani Pimenta
Segmento Técnico-administrativo / Suplente	Raniery Márcio Freire
Segmento Técnico-administrativo / Titular	Marly Pinheiro de Aguiar
Segmento Técnico-administrativo / Suplente	André Marcos de Sousa Nunes
Segmento Discente - Titular	Guilherme da Silva
Segmento Discente - Suplente	Paulo Roberto Silva Lopes
Segmento Discente - Titular	José Ramalho Santos Neto
Segmento Discente - Suplente	Roberto Sander Nunes Vieira
Segmento Sociedade Civil - Titular	Antônio das Graças Pires da Silva
Segmento Sociedade Civil - Suplente	José Gilvani Almeida
Segmento Sociedade Civil - Titular	Maria Helena Cardoso
Segmento Sociedade Civil - Suplente	Advete Rodrigues Santana
CAMPUS ARINOS - Portaria Diretor-geral nº 28/2014, de 25 de fevereiro de 2014	
Segmento Docente - Titular	Gladstone Pereira Lima
Segmento Docente - Suplente	Jelson Luiz Dick
Segmento Técnico-administrativo / Titular	Maria Antônia de Oliveira Alves
Segmento Técnico-administrativo / Suplente	Césane Faustino Pereira
Segmento Discente - Titular	Daniely Batista Gomes
Segmento Discente - Suplente	Brunno Gonçalves Bruno
Segmento Sociedade Civil - Titular	Dionete Figueiredo Barbosa
Segmento Sociedade Civil - Suplente	Rodrigo Antônio de Carvalho
CAMPUS JANUÁRIA - Portaria Diretor-geral nº 40/2014, de 20 de março de 2014	
Segmento Docente - Titular	Paulo Vitor do Carmo Batista

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO IFNMG	
CAMPUS ALMENARA - Portaria Diretor-Geral nº 71/2014, de 26 de março de 2014	
Segmento Docente - Suplente	Welington dos Santos Silva
Segmento Docente - Titular	Joaquim Comini Frota
Segmento Docente - Suplente	Aroldo Gomes Filho
Segmento Técnico-administrativo / Titular	Amanda de Fátima Pedrosa Porto
Segmento Técnico-administrativo / Suplente	Carlos Danilo Lima
Segmento Técnico-administrativo / Titular	Ricardo Matos Viana
Segmento Técnico-administrativo / Suplente	Vicente de Paula Corrêa Bastos
Segmento Discente - Titular	Gênesis Pires Meireles
Segmento Discente - Suplente	Breno Thiago Teixeira Mendes
Segmento Discente - Titular	Paulo Henrique Borges
Segmento Discente - Suplente	Ismael Oliveira Silva Júnior
Segmento Sociedade Civil - Titular	Waldivino Rodrigues da Mota
Segmento Sociedade Civil - Suplente	Marcelo de Araújo Souto
Segmento Sociedade Civil - Titular	Antenor Teixeira da Gama Filho
Segmento Sociedade Civil - Suplente	Weder Pereira Fernandes
CAMPUS MONTES CLAROS - Ofícios DG nº 087/2014, de 18/03/14 e nº 101/14, de 25/03/14	
Segmento Docente - Titular	Valesca Rodrigues de Souza
Segmento Docente - Suplente	Fernando Ribeiro Mota
Segmento Técnico-administrativo / Titular	Danilo Teixeira dos Santos
Segmento Técnico-administrativo / Suplente	Robson Antônio de Vasconcelos
Segmento Discente - Titular	Keline Moraes Balieiro
Segmento Discente - Suplente	Pedro Abreu Maia
Segmento Sociedade Civil - Titular	João Paculdino Ferreira
Segmento Sociedade Civil - Suplente	Marcos Fábio Martins de Oliveira
CAMPUS PIRAPORA - Termo de Homologação do Diretor-geral, de 21 de março de 2014	
Segmento Docente - Titular	Juliana Silva Ramires
Segmento Docente - Suplente	Juliara Lopes da Fonseca
Segmento Docente - Titular	Tharley Eustáquio Mota Silva
Segmento Docente - Suplente	Wesley Florentino de Oliveira
Segmento Técnico-administrativo / Titular	Marlos de Souza Lacerda
Segmento Técnico-administrativo / Suplente	Miguel Barbosa Ramos
Segmento Técnico-administrativo / Titular	Salmo Caetano de Oliveira
Segmento Técnico-administrativo / Suplente	José Edney Guedes Mota
Segmento Discente - Titular	Aline Silva Freitas
Segmento Discente - Suplente	Bruna Batista da Silva
Segmento Sociedade Civil - Titular	Alvimar Fernandes da Silva Júnior
Segmento Sociedade Civil - Suplente	Érica de Freitas Guimarães Ramos

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO IFNMG	
CAMPUS ALMENARA - Portaria Diretor-Geral nº 71/2014, de 26 de março de 2014	
CAMPUS SALINAS - Portaria da Diretora-geral nº 064/2014, de 17 de fevereiro de 2014	
Segmento Docente - Titular	Michellia Pereira Soares
Segmento Docente - Suplente	Élcio José do Nascimento
Segmento Técnico-administrativo / Titular	Rafael Correia de Oliveira
Segmento Técnico-administrativo / Suplente	Rosilene Reny Leal
Segmento Discente - Titular	Rafael Batista Madureira
Segmento Discente - Suplente	Ednaldo Alves Barbosa Filho
Segmento Sociedade Civil - Titular	Paulo Henrique Pereira Ramires
Segmento Sociedade Civil - Suplente	Deisiane Ferreira de Sousa Gomes

A Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais conta, nos termos do Artigo 81 do Regimento Geral, com:

- I – 01 (um) Coordenador, função a ser exercida pela servidora **Valesca Rodrigues de Souza**, Presidente da Subcomissão da CPA – Câmpus Montes Claros;
- II – 01 (um) Coordenador-adjunto, função a ser exercida pelo servidor **Edimar da Rocha Pinto**, Presidente da Subcomissão da CPA – Câmpus Almenara;
- III – 01 (um) Secretário, função a ser exercida pelo servidor **Cleisson da Silva Rios**, Presidente da Subcomissão da CPA – Câmpus Araçuaí.

1 APRESENTAÇÃO

No ano de 2004 foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República métodos para a avaliação da educação superior no Brasil, sendo estes homologados a partir da lei nº 10.861, de 14 abril de 2004 e regulamentados pela portaria 2.051 de 9 julho de 2004.

Para sistematização da Avaliação Institucional trabalham conjuntamente o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, a Comissão Nacional da Educação Superior - CONAES, o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e a Comissão Própria de Avaliação da IES - CPA.

O IFNMG busca atender às determinações legais do MEC, bem como ascender no conhecimento de si mesmo. Assim, o IFNMG encontra-se como pesquisador de sua realidade, caminhando para uma gestão clara e qualitativa junto aos membros da comunidade acadêmica. Assim, a auto-avaliação, processo a ser desenvolvido pela CPA juntamente com a comunidade escolar do IFNMG, constituir-se-á em um eixo condutor institucional e de gestão, permitindo o acompanhamento e os ajustes necessários à execução do seu Plano de Desenvolvimento Institucional promovendo a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos.

Neste processo serão considerados o ambiente externo, partindo do contexto no setor educacional, as tendências, os riscos e as oportunidades para a instituição e o ambiente interno como um todo. O resultado da auto-avaliação nesta instituição balizará os rumos institucionais em médio prazo. Assumir este compromisso com o MEC e com a comunidade escolar confirma a responsabilidade desta instituição para a oferta de um ensino superior de qualidade.

Este projeto de auto-avaliação inicia-se com um breve histórico da instituição, em seguida, define os principais objetivos da nossa auto-avaliação; explicita os princípios que regem a auto-avaliação no IFNMG, seguindo com os mecanismos de integração entre os diversos instrumentos de avaliação; apresenta as dimensões a serem avaliadas, os procedimentos metodológicos que serão utilizados com a definição das etapas do processo; trata dos instrumentos de auto-avaliação; propõe uma política de utilização dos resultados e encerra-se com a apresentação de um cronograma de trabalho que contempla as ações definidas para a execução destas.

2 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Os Institutos Federais (IFs), de maneira geral, nascem da integração de mais de uma instituição autárquica, dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica e das Escolas Agrotécnicas Federais, além de incorporar algumas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (UFs). Muitos vivenciaram a experiência em se agregarem a outras instituições, e, conseqüentemente, a mudança na forma e nos rumos da gestão administrativa e da gestão pedagógica. Essas diferenças geram questões desafiantes, pois cada uma dessas instituições, mesmo fazendo parte de uma única rede de ensino, contam com especificidades diferentes em seus aspectos históricos, sociais e culturais, condições físicas, recursos humanos, oferta de cursos, entre outras.

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) foi criado por meio da integração do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Janaúria (CEFET-Januária) e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas (EAF-Salinas), instituições com mais de 50 anos de experiência na oferta da educação profissional. Atualmente, o IFNMG agrega outros cinco câmpus (câmpus Almenara, câmpus Araçuaí, câmpus Arinos, câmpus Pirapora e câmpus Montes Claros), e em processo de implantação de dois câmpus - câmpus Diamantina e câmpus Teófilo Otoni, e da Unidade de Educação Profissional de Janaúba, vinculada ao IFNMG-Câmpus Montes Claros.

Para descrever o histórico do IFNMG, faz-se necessário referendar uma história que se inicia na década de 50, do século XX. No período entre 1953 e 1960, o câmpus Salinas e o câmpus Janaúria foram implantados numa época de efervescência da indústria nacional durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. O objetivo para a educação era formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. No dia 02 de setembro de 1953, foi lançada a pedra fundamental da “Escola de Iniciação Agrícola de Salinas”, em 1993, pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro, foi transformada em autarquia, passando a ser denominada Escola Agrotécnica Federal de Salinas, hoje IFNMG-Câmpus Salinas. No dia 18 de dezembro de 1960, foi criada a Escola Agrotécnica de Janaúria, que também em 1993, pela referida Lei, conseguiu sua autonomia didático-pedagógica e administrativa, através de sua autarquização,

denominando-se Escola Agrotécnica Federal de Januária, e, em 2002, através do decreto federal S/N, transformou-se em Centro Federal de Educação profissional e Tecnológica de Após décadas de funcionamento como instituições independentes, no período de 2007 a 2008, o então CEFET-Januária e a EAF-Salinas se inserem em um significativo processo de transformação para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 2007, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi publicado o decreto federal nº 6.095, de 24 de abril, estabelecendo diretrizes para o processo de integração das instituições federais de ensino técnico para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e, ainda, o Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), publica a Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, que trata de apoio à implantação de 150 novas instituições federais de educação tecnológica, no âmbito do Plano de Expansão Fase II da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Nesse período, o CEFET Januária e suas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) de Almenara, Arinos e Pirapora e a EAF Salinas se uniram e propuseram a criação do IFNMG, sendo a proposta aprovada na íntegra pelo MEC/SETEC.

Em 2008, por meio da Lei 11.892, foram criados, em todo o país, 38 Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, entre os quais o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, que além da unidades já existentes, foi contemplado com mais dois (02) câmpus, Araçuaí e Montes Claros.

Em fevereiro de 2009, inicia-se as atividades de ensino no câmpus Arinos, a partir de um convênio firmado entre o IFNMG, as Secretarias de Educação do Estado de Minas Gerais e do Município de Arinos. Após um (01) ano de funcionamento, em 01 de fevereiro de 2010, o IFNMG-Câmpus Arinos recebe a autorização de funcionamento, através da Portaria MEC nº 113, de 29 de janeiro de 2010.

Em 19 de janeiro de 2010, o câmpus Araçuaí inicia suas atividades, e pela Portaria MEC nº 111, de 29 de janeiro de 2010, publicada também em 01 de fevereiro de 2010, no Diário Oficial da União (DOU), é autorizado o funcionamento desse câmpus.

Na mesma data, o câmpus Almenara foi autorizado a funcionar por meio da Portaria MEC nº 108/2010, tendo a solenidade de abertura do pleno funcionamento das atividades didático-pedagógicas em 21 de outubro de 2010.

No mesmo ano, o câmpus Montes Claros e o câmpus Pirapora foram autorizados a funcionar por meio da Portaria MEC nº 1.366, de 06 de dezembro, publicado no DOU em 08 do referido mês.

Em 2011 a presidenta Dilma Rousseff, anunciou no dia 16 de agosto a abertura de mais cento e vinte (120) unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por todo o país. Ocasão em que o IFNMG foi contemplado com duas novas câmpus, câmpus Diamantina e câmpus Teófilo Otoni, com previsão para funcionamento em 2014.

Neste ano de 2013, o município de Janaúba foi selecionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC, para receber o Câmpus Avançado Janaúba, vinculado ao IFNMG-Câmpus Montes Claros, e, para funcionamento em 2014, está sendo cumprindo as últimas exigências da Setec.

Assim, hoje, o IFNMG, que é composto pela Reitoria, por nove (09) câmpus, e com a previsão de um (01) câmpus avançado, oferta, de forma presencial e/ou à distância, tanto cursos técnicos de nível médio (nas modalidades integrado, concomitante, subsequente e Proeja), quanto cursos superiores em tecnologia, bacharelado/Engenharia e licenciatura, em diferentes áreas, e Pós-Graduação. (Fonte: PDI, 2014-2018).

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Implementar o Projeto de auto-avaliação do IFNMG de forma a consolidar um processo de Avaliação Institucional em consonância com o SINAES e que seja capaz de contribuir para a reflexão permanente das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, subsidiando a tomada de decisões institucionais para a oferta de uma educação de qualidade.

3.2 Específicos

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no IFNMG;
- implantar um processo de avaliação contínuo e flexível;
- aprimorar e atualizar a proposta pedagógica e o sistema de gestão da instituição;
- garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autônoma;
- Utilizar os dados da avaliação externa, avaliação de cursos e ENADE para a qualificação do processo de auto-avaliação institucional e meta-avaliação.
- consolidar o compromisso social da Instituição.

4 PRINCÍPIOS DA AUTO-AVALIAÇÃO DO IFNMG

Os princípios darão suporte aos valores e estabelecerão as prioridades básicas e as expectativas fundamentais que nortearão o processo de auto-avaliação no IFNMG.

Assim, a atuação da CPA será balizada pelos seguintes princípios:

- I - autonomia em relação aos órgãos de gestão acadêmica;
- II - respeito à identidade da instituição;
- III - fidedignidade das informações coletadas no processo avaliativo;
- IV - respeito e valorização dos sujeitos e dos órgãos constituintes da instituição;
- V - respeito à liberdade de expressão, de pensamento e de crítica;
- VI - compromisso com a melhoria da qualidade da educação;
- VII - continuidade e regularidade do processo; e
- VII - difusão de valores éticos e de liberdade, igualdade e pluralidade cultural e democrática.

5 MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Conforme a proposta de avaliação do SINAES, deverá ocorrer uma articulação entre a avaliação da instituição (interna e externa), a avaliação dos cursos e a avaliação de desempenho dos estudantes (ENADE). Assim, os resultados de tais avaliações serão contextualizados ao projeto pedagógico do curso verificando as características internas e a demanda do ambiente externo a fim de realizar transformações para o desenvolvimento da gestão, do ensino, da pesquisa e da extensão.

6 DIMENSÕES A SEREM AVALIADAS

De acordo com o artigo 3º da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, e as orientações apresentadas no Roteiro da auto-avaliação Institucional 2004, o projeto trabalhará com as dimensões e indicadores a seguir:

1ª Dimensão – A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

6.1.1 Núcleo básico e comum

- a) finalidades, objetivos e compromissos do IFNMG, explicitados em documentos oficiais;
- b) concretização das práticas pedagógicas e administrativas e sua relação com os objetivos centrais da instituição;
- c) características básicas do Plano de Desenvolvimento Institucional e suas relações com o contexto social econômico em que o IFNMG está inserido;
- d) articulação entre o PDI e o PPI.

6.1.2 Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- a) Plano de Desenvolvimento Institucional;
- b) Projeto Pedagógico do Curso;
- c) avaliação das condições de oferta dos cursos.

6.2 2ª Dimensão – A política para o ensino, a pesquisa, e a extensão

6.2.1 ENSINO – Núcleo básico e comum

- a) concepção de currículo e organização didático-pedagógica;
- b) práticas pedagógicas;
- c) pertinência de currículos em relação aos objetivos institucionais, às demandas sociais e necessidades individuais;
- d) práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio aos estudantes, as inovações didático-pedagógicas e o uso de novas tecnologias no ensino.

6.2.2 PESQUISA - Núcleo básico e comum

- a) importância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais;
- b) vínculos e contribuições da pesquisa para o desenvolvimento local/regional;
- c) políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores;
- d) articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas;
- e) critérios para o desenvolvimento de pesquisas.

6.2.3 EXTENSÃO – Núcleo básico e comum

- a) concepção de extensão e de intervenção social definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional;

- b) articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social;
- c) participação dos estudantes nas atividades de extensão e o impacto na sua formação.

6.2.4 Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- a) currículos e programas de estudo;
- b) atualização e renovação dos currículos e programas de estudo;
- c) responsáveis pelas ações de atualização de documentos do IFNMG;
- d) sistematização das atividades de extensão (programas, descrição das atividades e nº de participantes;
- e) avaliação do impacto das atividades de extensão;
- f) grupos de trabalho, bolsas cedidas, estímulo a pesquisa;
- g) convênios e acordos
- h) indicadores de atividades científicas (publicações, grupos de pesquisa, patentes);
- i) indicadores de atuação dos egressos
- j) indicadores de publicações.

6.3 3ª Dimensão – A responsabilidade social da instituição

6.3.1 Núcleo básico e comum

- a) transferência de conhecimento e importância social das ações do IFNMG;
- b) natureza das relações com os setores público e produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas em sua área de atuação;
- c) ações voltadas para o desenvolvimento da democracia, cidadania e atenção a setores sociais excluídos.

6.3.2 Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- a) critérios utilizados pelo IFNMG para abertura de cursos e ampliação de vagas;
- b) caracterização e pertinência de ações nas áreas de educação, lazer, cultura, meio ambiente, etc e sua vinculação com o desenvolvimento das atividades da instituição;
- c) dados sobre bolsas, inclusão de portadores de necessidades especiais;
- d) convênios e acordos com outras instituições.

6.4 4ª Dimensão - A comunicação com a sociedade

6.4.1 Núcleo básico e comum

- a) estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;
- b) imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.

6.4.2 Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- a) meios e canais de comunicação utilizados para divulgar as atividades e eventos internos e externos;
- b) regimentos e manuais de circulação interna;
- c) folhetos e jornais para circulação interna;
- d) manual do aluno;
- e) sítio de divulgação na WEB.

6.5 5ª Dimensão - As políticas de pessoal, de carreiras dos corpos docente e técnico, e suas condições de trabalho.

6.5.1 Núcleo básico e comum

- a) planos de carreira regulamentados;
- b) programas de qualificação profissional e melhoria da qualidade de vida;
- c) clima institucional, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

6.5.2 - Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- a) corpo docente;
 - número,
 - titulação,
 - regime de trabalho (parcial, integral, substitutos),
 - experiência profissional,
 - formação didático pedagógica,
 - nº de publicações,
 - Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)*
 - critérios de ingresso e progressão na carreira,
 - políticas de capacitação e avaliação de desempenho,
 - pesquisas e/ou estudos sobre as condições de trabalho,
 - recursos, formação do pessoal técnico-administrativo,
 - qualificação do corpo docente,
 - produção acadêmica/docente,
 - aluno tempo integral/professor,

- grau de envolvimento com pesquisa e extensão,
- qualidade do trabalho (grau de satisfação do usuário);
- b) corpo técnico administrativo;
 - nº de funcionários,
 - escolaridade,
 - envolvimento com pesquisa e extensão,
 - experiência profissional,
 - critérios de ingresso e progressão na carreira,
 - políticas de capacitação,
 - avaliações de desempenho,
 - pesquisa e/ou estudos sobre satisfação dos servidores com as condições de trabalho,
 - indicadores sobre aluno tempo integral/pessoal técnico administrativo,
 - qualidade do trabalho (grau de satisfação do usuário).

6.6 **6ª Dimensão** - Organização e gestão da instituição, colegiados, participação dos segmentos da comunidade nos processos decisórios.

6.6.1 Núcleo básico e comum

- a) existência de plano de curso ou plano de metas;
- b) funcionamento, composição e atribuição das coordenações da instituição;
- c) uso da gestão e tomadas de decisão em relação às finalidades educativas;
- d) formas de participação dos segmentos da comunidade na gestão;
- e) investimento na comunicação e circulação da informação em todos os setores/segmentos da instituição.

6.6.2 Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- a) atas;
- b) regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos;
- c) funcionamento do sistema de registro acadêmico;
- d) organograma institucional;
- e) instruções normativas sobre os procedimentos institucionais.

6.7 7ª Dimensão - Infraestrutura física, especialmente a de ensino, pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

6.7.1 Núcleo básico e comum

- a) adequação da infraestrutura (salas de aula, bibliotecas, laboratórios, equipamentos de informática, secretarias, etc) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- b) políticas de segurança, conservação e atualização dos acervos e infraestrutura da instituição;
- c) utilização da infraestrutura para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras;
- d) infraestrutura adequada de apoio.

6.7.2 Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- a) nº e condições de salas de aula; instalações administrativas; salas de docentes; salas de reuniões; auditórios; bibliotecas; laboratórios; equipamentos; instalações sanitárias; etc;
- b) acessos para portadores de necessidades especiais;
- c) planos de segurança patrimonial e institucional;
- d) grau de satisfação do usuário.

6.8 8ª Dimensão - Planejamento e avaliação em relação aos processos e eficácia da auto-avaliação

6.8.1 Núcleo básico e comum

- a) adequação e efetividade do Plano de Desenvolvimento Institucional e sua relação com os projetos pedagógicos dos cursos;
- b) procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, voltados para as atividades educativas.

6.8.2 Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- a) projeto pedagógico institucional;
- b) projeto pedagógico do curso;
- c) relatórios parciais de auto-avaliação;
- d) relatório final de auto-avaliação;
- e) ações decorrentes da auto-avaliação;
- f) nº de eventos e seminários de difusão dos processos de auto-avaliação.

6.9. 9ª Dimensão - Políticas de atendimento a estudantes e egressos

6.9.1 Estudantes - Núcleo básico e comum

- a) políticas de acesso, seleção e permanência dos alunos na instituição;
- b) políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino, iniciação científica; extensão, avaliação institucional e intercâmbio;
- c) mecanismos, sistemáticas de estudos e análises dos dados dos ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formatura, relação professor/aluno;
- d) acompanhamento dos egressos e oportunidades de formação continuada.

6.9.2 Egressos - Núcleo básico e comum

- a) inserção profissional dos egressos;
- b) participação dos egressos na vida institucional.

6.9.3 Documentos, dados e indicadores para esta dimensão

- a) pesquisas e estudos sobre egressos;
- b) nº de candidatos;
- c) nº de ingressantes;
- d) nº de estudantes matriculados por curso;
- e) nº médio de alunos por turma;
- f) nº de intercâmbios e eventos realizados;
- g) nº de participação em eventos;
- h) nº de trabalhos de alunos publicados;
- i) taxa de sucesso na graduação (TSG);
- j) grau de participação estudantil (GPE);
- k) aluno tempo integral/professor;
- l) aluno tempo integral/técnico-administrativo.

6.10 10ª Dimensão - Sustentabilidade financeira

6.10.1 Núcleo básico e comum

- a) sustentabilidade financeira e políticas de captação e alocação de recursos.
- b) políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

6.10.2 Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- a) planilhas de contratação de pessoal docente e técnico-administrativo;
- b) planilha de liberação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos;
- c) planilha de liberação de verbas para participação de discentes em eventos;
- d) planilha financeira.

Os indicadores definidos em cada dimensão serão considerados na elaboração dos questionários, no roteiro das entrevistas e, também, na análise documental. A CPA definirá os instrumentos a serem utilizados nas diferentes dimensões.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta de Avaliação de Educação Superior não se trata de uma discussão teórica, uma vez que essa já se encontra disponível e pronta nos documentos que orientam a proposta através do SINAES. Trata-se da implantação de uma proposta que, pretende-se, seja assimilada como o caminho para a efetivação da qualidade da educação, caminho esse já adotado por outros países e que, pela experiência, comprovou ser eficaz.

O IFNMG propõe na sua proposta de auto-avaliação uma ação pedagógica voltada para uma perspectiva crítica e socialmente contextualizada, com uma abordagem democrática, participativa, sistemática, processual e científica, em continuidade ao processo de auto-conhecimento da instituição, detectando suas dificuldades, seus valores e problemas e oportunizando a tomada de decisões.

O equilíbrio em termos de metodologias utilizadas na obtenção de dados quantitativos e qualitativos busca dar maior confiabilidade às interpretações, ter maior conhecimento e subsídios para a tomada de decisões da gestão. Tais procedimentos irão permear uma prática baseada na perspectiva de síntese de avaliação que contenha a dimensão tanto quantitativa quanto qualitativa.

Realizará uma avaliação sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como da infraestrutura, equipamentos e serviços, através do docente, do discente, dos técnico-administrativos e gestores buscando através da aplicação de questionários padronizados, dados para posterior análise.

Os resultados obtidos possibilitarão a reflexão e o aperfeiçoamento de ações por parte do coordenador de curso e gestores da instituição, destacando-se: a sistematização dos procedimentos em vários setores, a geração de dados confiáveis e modificações na infraestrutura.

Serão adotados procedimentos em que, tanto os professores como os alunos possam apontar, através de instrumentos de diagnóstico, os seus pontos de vista a respeito do desempenho de cada um, bem como do desempenho da instituição como um todo. Esses instrumentos utilizados, onde se tem a oportunidade de registrar impressões, permitem uma reflexão do próprio desempenho cujos resultados serão apresentados em reuniões, para discussão, análise e encaminhamentos de alternativas para sanar ou minimizar eventuais problemas detectados.

A abordagem qualitativa pressupõe a utilização de técnicas e instrumentos que darão informações mais profundas e úteis à avaliação, bem como facilitarão uma maior participação de indivíduos envolvidos. Propõe, portanto, avaliar na prática, a coerência expressa, no seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, no seu Projeto Pedagógico Institucional– PPI e nos Planos de Curso, com autonomia no levantamento e acompanhamento dos seus indicadores.

A auto-avaliação pretende abranger ações cíclicas, como: sensibilização da comunidade acadêmica; elaboração dos instrumentos de avaliação com todos os segmentos; aplicação dos instrumentos; tabulação dos dados da avaliação; divulgação dos resultados; discussão dos resultados; planejamento e acompanhamento de ações para o aprimoramento dos processos.

O processo de auto-avaliação, num primeiro momento, contará com a participação da Comissão Própria de Avaliação - CPA e das Subcomissões Próprias de Avaliação (sCPA), designadas para planejar, organizar, refletir e cuidar do interesse de toda a comunidade pelo processo; com a participação e envolvimento de toda a comunidade acadêmica; com o apoio dos gestores do IFNMG para disponibilizar informações e dados confiáveis e com o auxílio das Comissões Setoriais que servirão de apoio para a aplicação de instrumentos de coleta de informações.

Os dados coletados nestes vários setores receberão tratamento qualitativo-quantitativo, sendo repassados novamente para os responsáveis dos vários segmentos,

de modo a subsidiar o planejamento e/ou replanejamento dos objetivos, metas e ações do setor.

Os resultados e/ou relatórios decorrentes das avaliações internas, das avaliações pontuais e da avaliação externa, encaminhados à CPA, após análise serão encaminhados aos órgãos competentes constituindo-se em subsídios úteis para o gerenciamento e tomada de decisões institucional, do PDI à própria Avaliação Institucional.

Como um processo democrático, que se constrói ao longo do seu desenvolvimento, está sujeito a tantas variáveis quanto o número de agentes envolvidos ficará para um segundo momento estabelecer os métodos e ações a serem adotados para identificação e saneamento das eventuais fragilidades institucionais.

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação desta instituição.

A auto-avaliação institucional proposta adotará uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, e se dará globalmente a cada ano.

Os métodos adotados partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

A metodologia proposta orienta o processo quanto às decisões, técnicas e métodos de forma flexível para, diante de situações concretas, assumirem novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta.

As técnicas utilizadas poderão ser seminários, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho, dentre outras. Para problemas complexos poderão ser adotados métodos que preservem a identidade dos participantes. A avaliação abrirá espaço para sugestões e avaliações espontâneas em todos os instrumentos de avaliação.

Concluído esse diagnóstico se construirá a base de dados necessária ao estabelecimento dos indicadores e variáveis específicas levando-se em consideração as dimensões que serão o foco da avaliação, que se encontram explicitados no Art. 3º da Lei 10.861.

7.1 Etapas do processo de auto-avaliação do IFNMG

a) Etapa I – PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO COLETIVA

Esta etapa prevê as seguintes ações:

- constituição da CPA;
- construção do regulamento da CPA;
- elaboração de um projeto de auto-avaliação;
- capacitação de todos os membros da CPA;
- preparação do material do Seminário de auto-avaliação;
- organização da página da CPA com documentos e legislação;
- sensibilização da comunidade escolar para o envolvimento com o processo através de seminários.

b) Etapa II – DESENVOLVIMENTO

Esta etapa prevê as seguintes ações:

- definição de grupos de trabalho, quando necessário;
- revisão dos instrumentos de avaliação (questionários, entrevistas e/ou outros);
- definição do cronograma de aplicação dos questionários de auto-avaliação;
- construção do material de divulgação da aplicação dos questionários;
- sensibilização da comunidade escolar para participação na auto-avaliação;
- aplicação dos instrumentos de avaliação;
- mensuração, análise e interpretação dos dados;
- elaboração dos relatórios parciais de auto-avaliação.

c) Etapa III – CONSOLIDAÇÃO E REDIRECIONAMENTO

Esta etapa prevê as seguintes ações:

- apresentação dos resultados para a comunidade escolar e organização de discussões destes resultados com a mesma;
- elaboração e divulgação de relatórios parciais e do relatório final;

- envio do relatório final ao Pesquisador Institucional para encaminhamento ao INEP.
- divulgação para a comunidade escolar dos resultados obtidos;
- planejamento da aplicação dos resultados;
- análise crítica do processo de auto-avaliação e oferecimento de melhorias para os processos subsequentes.

8 INSTRUMENTOS DE AUTO-AVALIAÇÃO

Para a realização da pesquisa será utilizado um questionário como instrumento de coleta de dados, considerando que o mesmo possibilita quantificar, com melhor exatidão o objeto de pesquisa e facilita a apresentação e interpretação dos resultados. Serão aplicados três questionários com questões objetivas, sendo um para cada segmento de respondentes: docentes, discentes e servidores técnico-administrativos (TAE). As questões foram elaboradas visando abranger as 10 dimensões propostas pelo SINAES. As questões poderiam ser respondidas como “ótimo”, “satisfatório”, “insatisfatório” ou “não conheço”. Além disso, cada questão contará com um campo específico para comentários, sugestões ou críticas do respondente.

Os questionários serão disponibilizados eletronicamente por meio do software livre “LimeSurvey”. Após a coleta dos dados, estes serão organizados em gráficos e através de percentuais de cada resposta.

9 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando que a Avaliação Institucional deve ter como fundamento os resultados advindos da construção coletiva do autoconhecimento institucional, será criado um documento, além dos relatórios, com sugestões de melhoria para as fragilidades encontradas. Para tanto, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- avaliação dos pontos positivos e negativos do processo avaliativo;
- divulgação e consulta à Comunidade Acadêmica dos resultados;
- recebimento e análise das sugestões da comunidade;
- construção de documento orientador para a gestão institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 2.051 de 09 de julho de 2004.** Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação Superior-SINAES, instituído na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, DF, 2004.

BRASIL, **Lei 10.861 de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras Providências. Brasília: Governo Federal, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. CONAES. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior.** Brasília: Ministério da Educação, 2004. 48 p.

BRASIL. Ministério da Educação. CONAES. **Roteiro de auto-avaliação Institucional 2004.** Brasília: Ministério da Educação, 2004. 37 p

EAFSALINAS. **Proposta de auto-avaliação institucional,** Salinas, 2006.

IFNMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** 2014 - 2018.

SINAES – **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior:** da concepção à regulamentação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. 157 p.